

**A IDENTIDADE RACIAL DOS ALUNOS COTISTAS DA UERJ
(THE RACIAL IDENTITY OF UNIVERSITY QUOTA STUDENTS)**

Vânia Penha-Lopes, Ph.D.
Bloomfield College

Presented at BRASA IX, New Orleans, March 29, 2008, at the panel *Affirmative Action and the Changing Notion of Racial Identity in Brazil*. Chair/Coordenadora: Vânia Penha-Lopes, Bloomfield College

Quando a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro aprovou em 2001 o projeto de lei que abria vagas para afro-descendentes nas universidades daquele estado, ela expandiu oportunidades que haviam surgido no ano anterior, com a passagem da lei que reservava uma porcentagem de vagas para alunos egressos de escolas públicas. Combinadas, as duas leis reservavam 50% das vagas e permitiam a candidatos ao vestibular de 2002 concorrerem sob dois tipos de cotas (Santos, Renato, 2006). Cercada de reações, a negociação da reserva de vagas continuou no ano seguinte e resultou, em setembro de 2003, no estabelecimento dos seguintes critérios: “20% para estudantes oriundos da rede pública de ensino, 20% para negros e 5% para pessoas portadoras de deficiência e integrantes de minorias étnicas” (Santos, Renato, 2006, p. 119). Em 2004, os critérios de reservas foram novamente revisitados com a introdução do corte de renda, o qual estipulava que os candidatos concorrentes às cotas fossem provenientes de famílias com renda per capita de até R\$300 por mês (Santos, Renato, 2006). Assim, em 2003, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), juntamente com a Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf), foram as pioneiras na admissão de alunos cotistas no Brasil.¹

De um modo geral, tais oportunidades se inseriam num programa de ações afirmativas. O programa era resultado de um processo de redemocratização, fomentado por vários segmentos do movimento negro e apoiado por intelectuais e o próprio governo (Telles, 2003), que visava a aumentar a representatividade das camadas historicamente excluídas da sociedade. A ênfase em critérios raciais fortemente questionava—quicá punha por terra—o tão decantado mito da democracia racial, segundo o qual o Brasil estava longe de ser um país racista (Penha-Lopes, 1996). De fato, a adoção de cotas universitárias foi uma proposta que o próprio governo federal havia apresentado em 2001 na Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em Durban, África do Sul (Heringer, 2006). Embora o Congresso ainda não tenha aprovado a lei que torna obrigatória a reserva de vagas em universidades federais, no momento “[m]ais da metade das universidades estaduais e 42% das federais adotam algum tipo de ação afirmativa no Brasil” (Gois, 2008).

A proposta de abrir as portas das universidades aos não-brancos com o auxílio das cotas reflete a convicção de que, como a desigualdade racial brasileira não se reduz a desigualdades econômicas (Guimarães, 1999; Telles, 2003), existe a necessidade de se reparar aquela desigualdade (Heringer, 2004) com uma medida temporária, mas expediente (Munanga, 2003). Se a aquisição de um diploma universitário comprovadamente aumenta a probabilidade de ascensão sócio-econômica (Bowen e Bok, 1998; Weisskopf, 2004), espera-se que, com o tempo, a proporção de negros brasileiros nas classes mais favorecidas aumente (Pinto, 2006). Por outro lado, os oponentes das cotas alegam que elas são uma política importada (Fry et al., 2007) que nada têm a ver com a natureza racialmente igualitária que caracteriza o Brasil (Kamel, 2006). Assim, longe de ser um mito, a democracia racial é “um ideal a ser alcançado, um mito no sentido antropológico do termo: uma maneira específica de pensar um arranjo social em que a ancestralidade ou a aparência do indivíduo deveriam ser irrelevantes para a distribuição dos direitos civis ou dos bens públicos” (Fry, 2005, p. 17). Além disso, as cotas são

¹ Em âmbito nacional, a outra instituição que também admitiu os primeiros alunos cotistas em 2003 foi a Universidade do Estado da Bahia (Uneb) (Mattos, 2004).

vistas como anti-meritocráticas por facilitarem a entrada de pessoas supostamente mal-preparadas no espaço privilegiado que é a universidade. Como apontou Sales dos Santos (2003, p. 114), essa interpretação privilegia o “mérito de chegada”, i.e., passar no vestibular, sobre o “mérito de trajetória”, i.e., superar os vários obstáculos e chegar à universidade.

Debate à parte, é inegável que a adoção das cotas raciais implica uma reavaliação do significado da raça para a identidade pessoal dos brasileiros. Obviamente, refiro-me aqui à raça como construção social e não como “realidade biológica”. Embora saibamos que há muito os biólogos abandonaram o conceito de raça (Montague, 1964) e que estudos recentes demonstram a prevalência da mistura genotípica entre nós (Pena et al., 2000), socialmente os seres humanos continuam a se utilizar de interpretações de atributos fenotípicos, especialmente a cor da pele, a textura dos cabelos e a fisionomia, para se classificarem uns aos outros (Penha-Lopes, 1996). Também sabemos que a raça é critério significativo em sociedades com um passado escravocrata, tais como as sociedades das Américas dos séculos XVI ao XIX. Como esse passado sobrevive através da ancestralidade ou da marca (Nogueira, 1955), até hoje, no século XXI, as pessoas continuam a se beneficiar ou a ser prejudicadas por seus atributos fenotípicos, os quais afetam sua qualidade de vida. Porém, no caso do Brasil, essa situação é complicada pelo fato de, por um lado, a classificação racial, resultado de um encorajamento e reconhecimento da miscigenação (Daniel, 2006; Telles, 2003), é fluida e ambígua, a ponto de levar alguns à conclusão de que ela é irrelevante (e.g., Maggie, 2007); por outro, ela é rígida o suficiente quando se comparam as diferenças em renda, ocupação, nível educacional e se observam como essas estão relacionadas com a raça (Silva, 1999; Silva e Hasenbalg, 1999). Em outras palavras, “...no Brasil não somos cegos à cor/raça dos indivíduos, mas ao racismo e às suas conseqüências” (Santos, Sales, 2003, p. 86).

A possibilidade de concorrer a uma vaga na universidade através de cotas raciais leva os candidatos a se enquadrarem em uma determinada raça. Como, oficialmente, isso é uma atividade nova no Brasil, a auto-declaração racial se torna uma questão empírica. Em princípio, isso não constitui nenhum problema se eles já se pensavam como membros da categoria que escolheram. O que ocorre, porém, com aqueles que até então minimizaram sua identidade racial? Quais as conseqüências da auto-declaração para alguém que, até então, se identificava como “branco” devido às suas características fenotípicas mesmo sabendo que em sua ancestralidade há parentes “não brancos”? Seria sua classificação menos “legítima” (Pinto, 2006)? ela se estenderia a ponto de transformar sua identidade racial como um todo?

O presente trabalho se baseia em um estudo de caso de alunos cotistas que ingressaram na Faculdade de Odontologia (FO) e no curso de ciências sociais (CS) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Uerj em 2003 e 2004. Enquanto a FO tem a reputação de ser uma faculdade de elite, primariamente voltada para a formação de profissionais liberais, altamente competitiva e com uma alta concentração de alunos brancos, o IFCH tem o histórico de formar professores, concentrar um maior número de alunos negros e ser menos competitivo devido à sua menor proporção entre candidatos e vagas, embora essa fosse a maior do país em 2007, com 9 candidatos para cada vaga (Contins, comunicação pessoal).²

² Teixeira (2003) nota uma concentração semelhante na universidade que pesquisou.

Este trabalho advém de entrevistas com 22 formandos, realizadas em 2006-07. Utilizando o método de bola de neve, completei 14 entrevistas nas CS e 8 na FO. Aqui discuto as escolhas que os formandos fizeram quanto à classificação por cotas e suas identidades raciais.

Características Sócio-econômicas e Demográficas

Socialmente falando, várias semelhanças unem os entrevistados. Jovens, com uma idade média de 22,5 anos, quase todos são solteiros e sem filhos. Ao todo, 16 são mulheres, 10 das quais das CS. Tais como a maioria dos alunos da UERJ, muitos dos entrevistados advêm de famílias de baixa renda, traço mais comum ainda entre os alunos das CS. Sublinhando seu relativamente baixo poder aquisitivo, quase todos moram nos subúrbios cariocas e na Baixada Fluminense.

Quanto ao nível educacional dos pais dos alunos, há uma diferença entre os dois grupos: as mães de metade dos formandos de CS, mas de somente 2 da FO não chegaram a terminar o ensino básico. Quatro dos pais de alunos da FO terminaram uma faculdade, enquanto que 3 pararam de estudar no primeiro grau. Entre os pais de alunos de CS, a maior parte não chegou a terminar o ensino médio. Por conseguinte, é comum encontrar alunos cujos mães eram empregadas domésticas e cujos pais eram motoristas, por exemplo. Em outras palavras, os alunos aqui retratados eram típicos alunos que ingressaram na Uerj por cotas em 2003 e 2004, ou seja, “...muitas vezes os primeiros a terem a chance de cursar o ensino superior na família” (PROINICIAR, 2005).

A Opção pelas Cotas: Negros e Estudantes da Rede Pública

Em 2003, 2,971 alunos entraram na Uerj pela política de cotas; mais de dois-terços dos quais nas cotas para negros. Já em 2004, mais da metade dos calouros cotistas entraram pelas cotas para escola pública. Proporções semelhantes foram observadas entre os calouros de ciências sociais e odontologia nos dois primeiros anos da adoção de cotas (PROINICIAR, 2005).

Dez dos meus entrevistados (8 de CS) optaram pelas cotas raciais. Somente uma relacionou sua opção com a própria identificação racial: “tava muito explícito...porque eu sou descendente, meus avós são negros; embora eu tenha uma avó que é índia, os outros meus três avós são negros”, revelou Mônica, 21 anos, que entrou para o IFCH em 2004.³ Duas outras entrevistadas, também do IFCH, confessam que suas escolhas foram feitas “sem muita reflexão”. Por exemplo, Leila, formanda de 2003, revela um certo desconhecimento do processo: “Eu fui sincera. Na época eu não tinha muita noção do que é que era, do que tava acontecendo. Eu não sabia que ia ser reservado com certeza, entendeu? Pra mim era, assim, num nível de questionário, de que talvez pudesse se abrir essa chance. Eu não sabia que com certeza ia acontecer isso”. Já os seis outros cotistas raciais tenderam a optar por aquela cota por

³ Todos os nomes são fictícios.

eliminação. Ou seja, como haviam estudado em algum momento em colégios particulares, era-lhes proibido optar pela cota de rede pública. Janice, 24 anos, que relatou episódios de discriminação racial ao longo da vida e entrou para o IFCH em 2004, auto-declarou-se negra “porque a pública eu não podia, né, porque eu tinha estudado numa particular. Tem que ser a trajetória toda em escola pública, primeiro e segundo grau”. Ana, uma estudante de CS de 26 anos, confirma: “Optei pela categoria de negros e pardos porque me considero parda. Poderia fazer por escola pública ou afro-descendente, mas fiquei com medo porque tinha estudado fora, em Pernambuco”. Otávio, 23 anos, formando da FO que sempre estudou em escolas particulares e cursou um curso pré-vestibular de prestígio, optou pelas cotas raciais “porque não acho que sou branco... Não menti nem nada”. É interessante que Otávio sente a necessidade de afirmar que não mentiu sobre sua classificação racial, em vez de admitir que teria sido impossível para ele declarar qualquer outra categoria de cotas.

Oito entrevistados (5 dos quais eram alunos de CS) entraram pelas cotas para a rede pública. Nesses se enquadram, como era de se esperar, os dois entrevistados que se consideram brancos e também um que, como não se considera negro, não achou justo “colocar como negro só pra conseguir a vaga”. Portanto, todos os três viram as cotas para a rede pública como sua única saída. Por exemplo, Sérgio Augusto, 20 anos, formando do IFCH, reiterou que optou por tal categoria “porque não sou negro nem pardo e estudei em escola pública”. Aos meus olhos, ele se parece “mulato claro”, com sua pele clara e cabelos bem encaracolados, quase crespos. Segundo ele, seu pai é branco e sua mãe “é meio, diria, parda”. Porém, ele insiste que ele e a irmã sempre foram “muito brancos”, a ponto de serem chamados de “branquelos”. Já Rita, formanda da FO, que diz ser “descendente de português dos dois lados da família”, justificou sua escolha de cota por ter estudado “a vida inteira” num prestigioso e tradicional colégio público no Rio de Janeiro, sem fazer nenhuma alusão à sua identidade racial. É quase como se Sérgio Augusto tenha optado pelas cotas para a rede pública para reforçar (ou mesmo ajudar a construir) sua identidade racial, enquanto que Rita fez aquela escolha sem levar em consideração sua identidade racial, certa de que era a única opção de cotas disponível para ela.

Em contraste, dois outros entrevistados optaram pelas cotas para a rede pública porque, embora não-brancos, consideraram-nas mais viáveis do que as cotas raciais. Hereovaldo, 29 anos, formando do IFCH, disse não ser “favorável a cotas pra negros”. Olívia, 20 anos, uma aluna do IFCH que entrou em 2004, também descartou aquela opção, mas porque temia competir com os negros. Os outros quatro entrevistados viram essa categoria como um direito seu. Sandra, uma formanda da FO de 21 anos, resumiu a opinião de vários ao afirmar que “eu estudei em escola pública a vida toda, né? Então, eu tinha direito a esse privilégio”. Note-se que as noções de “direito” e “privilégio” não aparecem em nenhuma narrativa sobre a opção por cotas raciais.

Por fim, quatro entrevistados optaram pelas cotas duplas, ou seja, declararam-se simultaneamente negros e egressos da rede pública. Obviamente, todos ingressaram em 2003, antes da reforma que aboliu essa opção no ano seguinte (Santos, Renato, 2006). Explica Dandara, 22 anos, aluna do IFCH: “Na minha época você podia entrar pela cota de escola pública e racial...” Helena, 23 anos, da FO, interpretou a dupla opção como obrigatória

segundo a lei: “Rede pública porque sempre, minha vida toda, na rede pública e parda por causa da minha cor. E tinha que ser, escolher, não podia ser uma opção se você se encaixava nas duas, ou nas três; você tinha que colocar o que você se encaixava. Não podia ser só rede pública não. Se você fosse pardo e tivesse deficiência, você também tinha que escolher”.

Esses depoimentos sugerem que, para os alunos, as opções de cotas universitárias foram resultados de ponderações que envolvem a realidade de suas trajetórias escolares, suas chances de serem admitidos, as noções de direito e privilégio e até o receio de darem a impressão de que cometeram fraude. Embora vários candidatos lançaram mão de sua identidade racial a fazerem suas escolhas, isso não foi automático: assim como nem todos os que se vêem como pretos e pardos optaram pelas cotas raciais, nem todos os que optaram pelas cotas raciais se identificam completamente como pretos e pardos. Abaixo descrevo as quatro categorias de identidade racial dos entrevistados: “negra”, “parda”, “não sei” e “branca”.

A Identidade Racial Negra

Metade dos entrevistados (9 dos quais alunos do IFCH) se auto-classificaram como negros. Para a maioria, essa auto-classificação é óbvia e indiscutível, seja por uma questão de fenótipo, por uma questão de ancestralidade, ou ambos. Quanto ao primeiro caso, Dandara foi peremptória: “Não [nunca pensei diferente sobre mim], porque a minha pigmentação nunca permitiu isso. É mulatismo, pardismo, nunca”. Já Mônica recorre à ancestralidade para se auto-definir: “Eu sou negra, embora as pessoas cismem em apontar essa coisa da matiz da minha pele, dizer que eu sou um pouco mais clara.... É, muita gente teima em falar ‘ah, mas você tem a pele mais clara’, mas eu prefiro ver pela minha descendência mesmo [sic], dos meus avós”. Alice, 21 anos, da FO, combinou os dois critérios, citando “o espelho, meus pais, todo mundo, minha família, que é parecida comigo”.

Os caracteres ditos negróides, principalmente a cor da pele e a textura dos cabelos, foram presenças marcantes na construção da identidade racial dos entrevistados, não só por serem referenciais, mas também por estigmatizarem os sujeitos pela sociedade. Teresa, 24 anos, do IFCH, que foi criada na Assembléia de Deus, onde todos os referenciais africanos eram considerados “demoníacos”, ilustra o impacto positivo do seu cabelo na sua maneira de se ver:

Gente, não tem como muito se pensar diferente! Falar que existe a raça humana? ‘tá, no DNA e tudo mais tem, mas socialmente tem uma raça, tem raças e acabou.

Poderia relatar algumas de suas experiências como negra?

Assim, uma coisa que eu aprendi a gostar muito, do meu cabelo. Assim, quando eu olho pro meu cabelo, eu gosto do modo, da textura, ... do que eu posso fazer com ele, eu gosto do modo que ele é.

Por sua vez, Dandara ilustra as situações negativas a que foi submetida devido ao seu fenótipo:

Não, tentaram falar, quando eu era chamada de ‘macaca’, quando eu era inferiorizada, porque o meu cabelo é mais crespo possível....

Quando você foi chamada de ‘macaca’?

A vida toda na escola. Nem gostava de ir pra escola assim.... Uma vez eu me lembro que um menino falou assim, já no segundo grau, na aula de química: ‘Pra você falar comigo, você tem que no mínimo passar farinha no corpo’..... Era chamada de ‘Cafu’, é ‘azul’, ‘Benedita’..... meu pai não deixava eu alisar o cabelo, então eu tinha o cabelo trançado, com trancinha solta até aqui. Saía na rua, me chamavam de ‘Medusa’.

Por outro lado, ter traços negróides e ser insultada pode levar à reação contrária: a total rejeição de uma identidade negra. Tal foi o caso de Janice. Nascida e criada no sul do país, ela também foi xingada de “macaca” nas ruas, chamada de “feia” e também quis deixar de freqüentar a escola para evitar o clima discriminatório. Porém, ao contrário de Dandara, Janice acabou suprimindo sua negritude, que não despertou até 2001 quando ela, já moradora do Rio de Janeiro, assistiu a uma palestra sobre consciência negra no pré-vestibular para negros e carentes que ela cursava: “Ah, teve uma vez muito engraçada lá no pré-vestibular, que eles levavam um pessoal pra fazer umas palestras, né, e uma vez eles levaram uma professora pra falar sobre essa coisa do negro, e aí ela falando lá, palestrando e eu fiquei pensando assim “Gente, eu não me reconheço como negra”. A sua auto-estima e identidade racial só começou a mudar nos últimos dois anos, quando ela conheceu um homem negro que se tornou seu namorado:

É...a família dele ...eles tinham uma coisa muito legal de sabe, ser vaidoso, de cuidar do cabelo... então eu achei aquilo legal, e ele falava pra mim “nossa você é muito bonita, você tem um sorriso bonito”, e aquilo pra mim foi fazendo um trabalho de auto-estima...e eu fui melhorando muito.... Hoje, sabe, eu sou alegre, eu gosto de mim, eu me vejo enquanto negra, sabe... eu me olho no espelho, eu gosto de me pintar, eu gosto do meu sorriso, eu gosto dos meus dentes, sabe, e no sul não tinha nada disso porque lá a colonização é totalmente alemã....

Os depoimentos de Dandara e Janice sugerem que, ao contrário do que argumentam aqueles que refutam a existência de racismo no Brasil, os traços inegavelmente africanos põem por terra a nossa suposta “integração racial”. A pele negra e o cabelo crespo transformam a pessoa em não-pessoa (p. ex., em “macaca” ou em “Medusa”). Se a humanidade da pessoa é mantida, ela é considerada “feia” e “desarrumada”. Como a preservação do senso próprio de pessoa é fundamental para a auto-estima, o fato de que algumas negras deixam de se pensar como negras não causa espécie.

A Identidade Racial Parda

Quatro entrevistados da FO e um de CS se consideram pardos. Para alguns, como Ana, a definição de “parda” é simples: “Mestiça, como a maioria dos brasileiros”. “Parda” também

se iguala a “morena”. Helena, por exemplo, responde que sua identidade racial é uma “boa pergunta”. Entre risos, ela revela que sua certidão de nascimento a lista como “branca, mas todo mundo diz que eu sou morena, que eu sou parda!” Insisto em sua auto-classificação e ela me diz que se vê parda, se vê morena e não branca. Ela acrescenta, quando insisto ainda mais, que parda e morena querem dizer a mesma coisa: uma cor “meio termo” entre negro e branco.

“Parda” também significa pálida. Por exemplo, Sandra a princípio se classifica como “meio parda”, devido à falta de exposição ao sol quando da nossa entrevista, mas acrescenta, “mas eu sou parda, me considero parda”. Quando lhe pergunto se em alguma época se pensou diferente, ela confessa que, quando criança, “eu perguntava pra minha mãe se eu ia ser branca”. Segue-se que sua mãe é branca e o pai, meio pardo, mas logo depois ela diz que a avó materna é negra e o avô, branco. Ela então me explica que a mãe pode ser branca porque “ela puxou o meu avô, então, assim, na aparência ela é branca”. Como as crianças do bairro lhe diziam que a mãe dela era branca, ela se indagava se iria clarear quando crescesse. Embora ela não saiba ao certo se queria realmente ser branca, ela comenta várias vezes que está “ficando branca, precisando de um sol”. Portanto, Sandra exemplifica o ponto de que muitos brasileiros valorizam uma cor bronzeada de sol mais do que uma cor mais próxima do branco. Se ser negro é estigmatizado, ser muito branco também o é (cf. Farias, 2003).

Por fim, Beyoncé, aluna de 21 alunos da odontologia, indica que as opções de auto-classificação racial que a Uerj introduziu em 2000 influenciaram sua identificação racial. Embora hoje em dia ela se veja como “parda”, antes do vestibular ela se via como “morena”: “Tinha ‘branca’, ‘parda’, ‘negra’. Aí, ‘parda’ deve ser ‘morena’ [risos]. Para explicar o porquê de se achar morena ou parda, Beyoncé recorre a termos incomuns: “Assim, meu pai é negro, minha mãe é leucoderma. É branca”. Está claro que leucoderma, que ela diferencia de “meloderma” (para descrever negros), é um termo que ela aprendeu na faculdade; acho improvável que ela use esses termos no dia-a-dia.

A Identidade Racial Incerta

Quatro entrevistados, quase todos do IFCH, não souberam ao certo se auto-classificar. Otávio confirma essa idéia, ao afirmar que “Estou meio confuso.... Essa classificação de ‘pardo’ é nova. Acho que estou no meio. Antes [das cotas] me achava moreno. É diferente só no nome, ser moreno ou ser pardo. Na minha família é uma misturada.... [Na escola], meu apelido era ‘negão’, talvez pelo tom da minha pele. Nunca me incomodou”. Otávio tem a pele morena-escura e os cabelos ondulados. Aqui no Brasil, dependendo do contexto social, ele poderia ser classificado tanto de branco, como de moreno ou de negro.

Luís, 23 anos, do IFCH, acha difícil se classificar racialmente. “Normalmente”, ele se vê como “indígena” porque essa é a sua patrilinhagem; sua mãe é “branca”, com muitos irmãos “negros”. Porém, dependendo do contexto, ele pode se ver como “negro”:

Eu por exemplo se estou num ambiente de maioria branca, eu verifico que tem poucas pessoas negras, é mais fácil eu me identificar obviamente, pelo tom da minha pele, com as outras pessoas negras do ambiente que eu vou ‘ta’. Costumo brincar com um amigo

que eu tenho, quando a gente sai pra algum lugar assim, na noite e tal, que tem muitas pessoas brancas, eu costumo falar “Ó, ‘tá vendo, eu sou o único negro daqui”.

Luís nota que o estudo das ciências sociais, incluindo a rejeição de raça como categoria biológica e as interpretações de mestiçagem segundo Gilberto Freyre, complicou para ele sua auto-classificação. João, 22 anos, concorda:

Antes de entrar pra faculdade eu em considerava branco, mas hoje em dia eu não sei mais como me classificar.... Depois que eu tive contato com antropologia, aprendi essas coisas de multiétnicidade, aí eu fui falando, ‘também sou multiétnico’. Não consigo me encaixar, em relação à raça.

Antes, o que é que fazia vc se pensar branco?

Antes sei lá, todo mundo em falava que eu era branco, então eu pensava que era branco. Minha família toda se considera branca.

Mas na sua família, assim, seus pais não são brancos?

São menos brancos, assim, do que eu. Quer dizer, meu pai é mais ou menos da minha cor e minha mãe é um pouco mais escura, mas todo mundo fala que é branco.

Além do contato formal com a Antropologia, João também dá crédito aos Espaços Afirmados, um projeto associado à política de cotas da Uerj. Segundo ele, a tendência do projeto foi de se radicalizar com o tempo, a ponto de começar a discriminar contra os alunos brancos. Ele não é o único entrevistado a apontar para essa “radicalização”. Vitória, 23 anos, que também não sabe ao certo se classificar após se considerar branca, sofrer racismo, repensar-se negra, ouvir que era “branquela demais” para ser negra, se dizer mestiça e ouvir que era “vendida”, mencionou que os Espaços Afirmados tinham uma visão americanizada de raça, i.e., binária: “Essa visão que eles têm parece que é a visão correta das coisas. Como se só existissem duas explicações para o que acontece, a visão dos brancos e a visão dos negros. Dos negros com ideologia importada, aliás, né? ...Importada dos Estados Unidos. E aí tudo que eles falavam não se aplicava, assim, quase nunca se aplicava ao nosso caso”.

A Identidade Racial Branca

“Branco” é a categoria com o menor número de casos e também a menos elaborada. Porém, talvez por trás da pouca elaboração está a idéia de que “branco” é o “normal”, o padrão contra o qual as outras categorias de cor são definidas e medidas. Assim como a categoria “homem”, que não se tornou objeto de estudo até pelo menos uma década após os estudos do gênero (feminino) se propagarem (Kimmel e Messner, 1992), pensar-se o branco ainda é muito mais raro do que pensar os não-brancos.

Conclusão

Nos anos 1960 e '70, “pardo” era um eufemismo para “negro” amplamente usado nas certidões de nascimento. Portanto, em pleno século XXI, é curioso ouvir os entrevistados usarem “pardo” seriamente como classificação racial. Pardo é uma categoria de difícil definição. Na linguagem dos entrevistados, ela apareceu como um meio termo entre negro e branco, parecido com morena, e até como sinônimo de “brasileiro”. Apesar de toda essa maleabilidade, o termo pardo não se iguala a negro para muitos dos entrevistados. Portanto, eles não aderem à definição e à prática dos ativistas negros de reduzirem raça a categorias binárias, opostas, como ainda vigora nos EUA (Telles, 2004).

Por outro lado, o fato de a identidade racial negra ter sido a mais assumida nesta amostra sugere uma certa aceitação. Ao invés de seguirem a idéia que “o dinheiro embranquece”, jovens brasileiros prestes a embarcarem no mercado de trabalho após passarem por uma instituição de elite como a universidade não necessariamente se afastaram da categoria historicamente com menor status; de fato, alguns se aproximaram dela após suas experiências na universidade.

Se “parda” aparece como categoria viável, “negra” é definida de várias maneiras e raça é central para o entendimento das relações sociais no Brasil, é bem possível que a implantação das políticas de cotas na universidade esteja contribuindo para uma reformulação do conceito de nação brasileira.

Referências

- BOWEN, William G.; BOK, Derek. *The shape of the river: long-term consequences of considering race in college and university admissions*. Princeton: Princeton University Press, 1998.
- DANIEL, G. Reginald. *Race and multiraciality in Brazil and the United States: converging paths?* University Park: Pennsylvania State University Press, 2006.
- FARIAS, Patrícia Silveira de. *Pegando uma cor na praia: relações raciais e classificação de cor na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, 2003.
- FRY, Peter. *A Persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FRY, Peter et al. (orgs.) *Divisões Perigosas: Políticas Raciais no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GOIS, Antônio. 51% das universidades estaduais adotam ações afirmativas. *Folha de São Paulo*, 8 de janeiro de 2008.
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0501200830.htm>.
- GUIMARÃES, Antonio Sergio. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- HERINGER, Rosana. Ação afirmativa e promoção de igualdade racial no Brasil: o desafio da prática”. In: PAIVA, Angela Randolpho (org.). *Ação afirmativa na universidade*:

- reflexão sobre experiências concretas Brasil-Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2004, p. 55-86.
- HERINGER, Rosana. Políticas de promoção da igualdade racial no Brasil: um balanço do período 2001-2004. In: FERES JÚNIOR, João & ZONINSEIN, Jonas. *Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas*. Brasília, Ed. UnB, 2006, p. 79-109.
- MAGGIE, Yvonne. Duas histórias representativas. In: FRY, Peter et al. (orgs.). *Divisões Perigosas: Políticas Raciais no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 229-233.
- MATTOS, Wilson Roberto de. Inclusão social e igualdade racial no ensino superior baiano: uma experiência de ação afirmativa na Universidade do Estado da Bahia (Uneb). In: BERNARDINO, Joaze; GALDINO, Daniela (orgs.). *Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2004, p. 189-216.
- MONTAGUE, Ashley. The concept of race. In: MONTAGUE, Ashley (org.). *The concept of race*. Nova Iorque: Collier Books, 194, p. 12-28.
- MUNANGA, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas". In: SILVA, Petronilha & SILVÉRIO (orgs.), *Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: INEP, 2003, p. 115-128.
- NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. In: BALDUS, Herbert (org.). *Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas*, São Paulo: Editora Anhembi, 1955.
- PENA, Sérgio et al. Retrato molecular do Brasil. *Ciência Hoje*, 159, p. 16-25.
- PENHA-LOPES, Vânia. "What next?": on race and assimilation in the United States and Brazil." *Journal of Black Studies*, vol. XXVI, 6 (julho), 1996, p. 809-826.
- PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. Ação afirmativa, fronteiras raciais e identidades acadêmicas: uma etnografia das cotas para negros na Uerj. In: FERES JÚNIOR, João; ZONINSEIN, Jonas (orgs.). *Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas*. Brasília: Editora UnB, 2006, p. 9-45.
- PROINICIAR. Proposta de apoio acadêmico a estudantes beneficiados pelo sistema de cotas. Sub-reitoria de Graduação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Apresentação em PowerPoint, 2005.
- SANTOS, Renato Emerson dos. Políticas de cotas raciais nas universidades brasileiras: o caso da UERJ. In: FERES JÚNIOR, João; ZONINSEIN, Jonas (orgs.). *Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas*. Brasília: Editora UnB, 2006, p. 110-135.
- SANTOS, Sales Augusto dos. Ação afirmativa e mérito individual. In: SANTOS, Renato Emerson dos; LOBATO, Fátima (orgs.). *Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003, p. 83-125.
- SILVA, Nelson do Valle. Racial differences in income: Brazil, 1988. In: REICHMANN, Rebecca (org.). *Race in contemporary Brazil: from indifference to inequality*. University Park: Pennsylvania State University Press, 2006, p. 67-82.

- _____; HASENBALG, Carlos. Racial inequalities in the labor market and the workplace. In: REICHMANN, Rebecca (org.). *Race in contemporary Brazil: from indifference to inequality*. University Park: Pennsylvania State University Press, 2006, p. 53-66.
- TEIXEIRA, Moema de Poli. *Negros na universidade: identidade e trajetórias de ascensão social no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Pallas Editora.
- TELLES, Edward. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- WEISSKOPF, Thomas E. *Affirmative Action in the United States and India: a Comparative Perspective*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2004.